

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PINHEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS-
HISTÓRIA

NEIANE FREITAS ROCHA

**AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS, SEUS CATIVOS E A SOCIEDADE
EM ALCÂNTARA (1800-1804)**

Pinheiro – MA

2021

NEIANE FREITAS ROCHA

**AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS, SEUS CATIVOS E A SOCIEDADE
EM ALCÂNTARA (1800-1804)**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em História pelo Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologias – CCHNST / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus V Pinheiro.
Professor Orientador: Ítalo Domingos Santirocchi.

Pinheiro – MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

FREITAS ROCHA, NEIANE.

AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS, SEUS CATIVOS E A
SOCIEDADE EM ALCÂNTARA 1800-1804 / NEIANE FREITAS ROCHA. -
2021.

64 f.

Orientador(a): ÍTALO DOMINGOS SANTIROCCHI.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, PINHEIRO,
2021.

1. Alcântara. 2. Elite Proprietária. 3. Escravidão.
4. Registros de Batismo. I. DOMINGOS SANTIROCCHI, ÍTALO.
II. Título.

NEIANE FREITAS ROCHA

**AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS, SEUS CATIVOS E A SOCIEDADE
EM ALCÂNTARA (1800-1804)**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em História pelo Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologias – CCHNST / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus V Pinheiro.
Professor Orientador: Ítalo Domingos Santirocchi.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

Nota: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (Orientador)
Doutor em História
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins
Mestre em História
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro
Doutor em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

A minha mãe, Aurineia Rocha, *in memoriam*, por todo amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

O caminho até a finalização deste trabalho foi extenso, marcado por vários obstáculos, desafios, persistência e dedicação. Sem dúvida, o apoio dos familiares, amigos e professores foram essenciais para a concretização desta etapa. É impossível registrar cada pessoa que me auxiliou neste longo percurso, porém deixo meu carinho e gratidão a todos.

A Deus, pela fé de que tudo daria certo.

A toda minha família, em especial, aos meus pais, Aurineia Rocha e Euzébio Vianna, por tudo que fizeram por mim, dentro das possibilidades. A minha mãe, pelo pouco tempo juntas, porém inesquecível. Saudades!

Aos meus irmãos, Lucineia, Evanilda, Enildo, Auricélia, João e Geane, pelo apoio, incentivo e pelos momentos partilhados. Aos meus sobrinhos e parentes que, de alguma forma, contribuíram com sua presença, companhia e carinho.

Minha gratidão às instituições, pelo apoio financeiro concedido, via editais, na concessão de bolsas que muito contribuíram para minha permanência na Universidade, pois sem esse auxílio não teria como me manter e custear os gastos diários com passagem e alimentação. Durante o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, fui bolsista do Auxílio Permanência da IES, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Em cada uma, vivenciei experiências únicas.

Ensejo agradecer, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pelo financiamento, via edital, do estágio de curta duração na UFPA, em Belém (PA). Essa oportunidade foi muito significativa e possibilitou aperfeiçoar e desenvolver meu banco de dados com o registro paroquial da minha pesquisa monográfica.

Em Belém, agradeço ao Supervisor do estágio de curta duração, o Professor Doutor Antônio Otaviano Vieira Júnior (UFPA), pela disponibilidade com a qual nos recebeu na UFPA e pelas orientações, durante todo o processo. Aos então doutorandos, Anndrea Caroliny da Costa Tavares, Daniel Souza Barroso e João Antônio Fonseca Lacerda Lima, pela receptividade e apoio. E aos graduandos do Curso de História, bolsistas (PIBIC) e participantes do grupo de pesquisa *População, Família e Migração na Amazônia – RUMA*, pela contribuição, durante a realização das oficinas e pelas horas partilhadas na sala de pesquisa do grupo, na (UFPA).

Não poderia deixar de agradecer às residentes da CEUS-UFPA, Carla Bianca dos Santos e Brenda Dias, por nos receberem com carinho e pela companhia, durante nossa estadia na casa.

A Universidade Federal do Maranhão, Campus Universitário de Pinheiro, pela contribuição e pela formação acadêmica. Aos funcionários da portaria e de cada setor, obrigada pela atenção. À direção e ao Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Professor Adriano Farias Rios, agradeço pelo apoio e por sempre ser solícito ao atendimento do Departamento.

A Cúria Diocesana de Pinheiro, centrada na Cidade de Pinheiro – MA, ao senhor Dom Elio Rama, Bispo diocesano de Pinheiro e aos Padres Sarges e Paulo, agradeço pela autorização de frequentar o espaço da Cúria Diocesana para que desenvolvêssemos o projeto de pesquisa com as fontes eclesiais, que se encontravam no acervo. Sem esse acesso e suporte seria inviável a execução do projeto. Aos funcionários da Cúria, agradeço pela companhia das tardes, pelo carinho e atenção.

A duas pessoas, devo um agradecimento muito particular, Lisiane Ferreira Almeida e Raymara Nunes Cantanhêde, minhas companheiras de pesquisa. A princípio, Lisiane e eu, com a coordenação e orientação do professor Ítalo, iniciamos os primeiros passos do projeto, inventariando os acervos documentais dos registros paroquiais, catalogando e digitalizando por meio de fotografias. Posteriormente, nosso trio ganhou mais uma integrante, Raymara, que, com sua presença e contribuição, trouxe mais produtividade, graça e leveza, ao nosso trabalho que, embora árduo e de “formiguinha”, sempre desenvolvíamos com dedicação e entusiasmo. Lembro como era gratificante cada descoberta encontrada nas fontes. Meu muito obrigada por tudo, pelo bons momentos juntas, viagens, trabalho, livros e textos compartilhados.

Aos meus professores da graduação, Adriano, Dimas, Victor, Pollyanna, Ítalo, Fernanda e a todos, agradeço pela formação, pelo conhecimento compartilhado, pelos bons textos levados para sala de aula, pelo empenho e por lutarem por uma educação pública de qualidade.

Aos membros da banca examinadora, o Professor Me. Manoel de Jesus Barros Martins e o Professor Dr. Dimas dos Reis Ribeiro, pela disponibilidade e por aceitarem o convite de avaliar este trabalho. Muito obrigada!

Agradeço ao Professor Adrián Ramírez, por seu apoio e incentivo, pelas aulas de espanhol, nas horas vagas, pelos textos e livros. É motivante acompanhá-lo em suas conferências, além de um grande mestre e um grande defensor dos direitos humanos.

Sou grata a todos os colegas de turma, em especial, Danivia, Edilson, Gian, Nilsiane, Ana Gilmara, Ana Paula, Adriana, Marcela e Patrícia, vocês são cativantes. Agradeço, com o mesmo apreço, a Evileno Ferreira e Paula Oliveira, dois grandes amigos que sempre me incentivaram e prestaram seu apoio.

Finalizo, agradecendo meu orientador, não menos importante de todos que mencionei até aqui. Querido Professor Doutor Ítalo Domingos Santirocchi, minha gratidão pelas oportunidades, confiança e paciência, durante todos esses anos de orientação. O senhor sempre me atendeu com simpatia, simplicidade e generosidade, mesmo estando de férias com sua família ou até mesmo fora do país. Obrigada por me aceitar como voluntária no seu projeto e, em seguida, como bolsista de sua pesquisa com os registros paroquiais. Agradeço pelos ensinamentos, incentivo e disposição. Enfim, nem todas as palavras que citar serão suficientes para agradecer-lhe. Seu profissionalismo e dedicação é inspirador.

“[...] os aludidos nobres da terra e seus escravos, ambos como *sujeitos*, compartilhavam a mesma sociedade e eram cúmplices em sua produção. Desnecessário dizer que entre tais sujeitos existiam relações desiguais de poder. Eles partiam para ação com recursos desiguais e compromissos diferentes, porém todos tinham valores e recursos com os quais estabeleciam estratégias de vida”.

(João Fragoso, 2014, p. 35)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar, por meio de um livro paroquial de batismo, presente no Arquivo da Cúria Diocesana da cidade de Pinheiro-MA, as principais características da sociedade escravista da freguesia de São Matias, em Alcântara, a elite proprietária de escravos e os cativos a elas pertencentes. O estudo pretende apresentar, também, a rede de relações que os escravos instituíram, por meio do rito batismal, tentando demonstrar como os cativos articulavam suas alianças, por meio dos laços de compadrio, numa sociedade marcada pela hierarquização social, onde os integrantes viviam sob o estigma da escravidão e estratificação social ligadas à terminologia de cor, derivadas de uma sociedade escravista. Vale ressaltar que o recorte temporal seguido neste trabalho segue a datação do assento (1800-1804), período este que compreende um contexto marcado por transformações econômicas, sociais e demográficas, oriundas da expansão agroexportadora e do tráfico atlântico de escravos para a província do Maranhão, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII. A metodologia utilizada neste trabalho foi embasada em análise quantitativa e serial das fontes primárias, ou seja, os registros de batismo, acompanhada da leitura de bibliografia sobre História Social, História Eclesiástica e História Demográfica, principalmente para compreensão de conceitos fundamentais para análise historiográfica.

Palavras-chave: Elite proprietária. Escravidão. Alcântara. Registros de Batismo.

ABSTRACT

This work aims to investigate, by means of a parish baptism book, present in the Archives of the Diocesan Curia in the city of Pinheiro-MA, the main characteristics of the slave society in the parish of São Matias, in Alcântara, the elite who owned slaves and the captives belonging to them. The study also intends to present, the networks of relationships that the slaves established through the baptismal rite, trying to demonstrate how the captives articulated their alliances through the bonds of compadrio, in a society marked by social hierarchy, where the members lived under the stigma of slavery and social stratification linked to color terminology, derived from a slave society. It is worth mentioning that the time frame followed in this work follows the seat's dating (1800-1804), a period that comprises a context marked by economic, social and demographic changes, arising from the agro-export expansion and the Atlantic slave trade to the province of Maranhão , which occurred from the second half of the 18th century. The methodology used in this work was based on quantitative and serial analysis of the primary sources, that is, the baptism records, accompanied by the reading of a bibliography on Social History, Ecclesiastical History and Demographic History, mainly for understanding fundamental concepts for historiographical analysis.

Keywords: Proprietary Elite. Slavery. Alcântara. Baptism Records.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão por sexo dos Batizado.....	25
Tabela 2 - Condição jurídica dos Batizados/ Divisão por ano.....	25
Tabela 3 - Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados/Divisão por Condição Jurídica dos Batizados.....	27
Tabela 4 - Condição familiar dos Batizados Condição familiar dos Batizados.....	27
Tabela 5– Estrutura de posse dos escravos sendo batizados.....	33
Tabela 6– Divisão por sexo da Elite Proprietária de Escravos.....	34
Tabela 7– Estrutura de posse dos escravos sendo batizados por Proprietárias/ Mulheres.....	34
Tabela 8 – Estrutura de posse dos escravos sendo batizados por Proprietários/Homens.....	34
Tabela 9 – Divisão por qualificação dos proprietários de Escravos.....	35
Tabela 10 – Divisão por Sexo dos Escravos das Elites Proprietárias.....	36
Tabela 11 – Qualidade dos Batizados Escravos.....	36
Tabela 12 – Divisão por Naturalidade/Nacionalidade dos Batizados Adultos.....	37
Tabela 13 – Divisão por Naturalidade/Nacionalidade dos Batizados Legítimos.....	37
Tabela 14 – Divisão por Naturalidade/Nacionalidade dos Batizados Naturais.....	37
Tabela 15 - Divisão por Naturalidade/Nacionalidade dos Batizados Crianças/Inocentes.....	37
Tabela 16 – Divisão por Naturalidade/ Nacionalidade dos Batizados em Perigo de Vida.....	37
Tabela 17 – As Redes de Relações de Escravos Adultos.....	41
Tabela 18 – Rede de Compadrio entre Filhos Legítimos.....	42
Tabela 19 – Redes de Compadrio entre Filhos Naturais.....	42
Tabela 20 – Principais Santas Madrinhas dos Escravos Adultos.....	43
Tabela 21 – Principais Santas Madrinhas dos Filhos Legítimos.....	44
Tabela 22 – Principais Santas Madrinhas de Filhos Naturais.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – ECONOMIA E ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO COLONIAL.....	18
1.1 Contexto político e social do Maranhão nas últimas décadas do Período Colonial.....	19
1.2 A Vila de Alcântara e a Freguesia de São Matias.....	23
CAPÍTULO II – AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS E SEUS CATIVOS NO MARANHÃO COLONIAL.....	29
2. 1 Notas sobre os estudos das elites no Maranhão Colonial.....	29
2.2 As Elites Proprietárias de escravos e seus cativos nos registros paroquiais de Batismo da freguesia de São Matias.....	33
CAPÍTULO III – BATISMO, COMPADRIO E A REDE DE RELAÇÕES ENTRE ESCRAVOS NA VILA DE ALCÂNTARA.....	39
3.1 Batismo e Compadrio.....	39
3.2 Rede de relações entre escravos: uma análise a partir dos registros de batismo da freguesia de São Matias, da vila de Alcântara (1800-1804)	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. ANEXOS.....	46
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar de que forma um livro paroquial de batismo, datado do final do século XVIII e início do século XIX, permite identificar as elites proprietárias de escravos e os cativos a elas pertencentes em São Matias, freguesia de Alcântara, entre os anos de 1800 a 1804. Além de demonstrar como suas principais redes de relações podem ser analisadas, por meio de um livro específico de batismo. Para tanto, faremos uso de 1848 registros de batismo lançados neste batismal. Através dele, buscamos investigar como os escravos articularam suas alianças, por meio dos laços de compadrio, numa sociedade marcada pela hierarquização social, onde os integrantes viviam sob o estigma da escravidão e estratificação social ligadas à terminologia de cor, derivadas de uma sociedade escravista.

A escolha dessa temática surgiu do desdobramento das nossas atividades de pesquisa realizadas no projeto, denominado: *Ocupação, sociedade e hierarquias na Baixada Maranhense (séculos XVIII e XIX): uma análise a partir dos registros paroquiais, inventários e testamento post-mortem*. Projeto de pesquisa encerrado em 2018 e coordenado pelo Prof. Doutor Ítalo Domingos Santirocchi/Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus Universitário de Pinheiro) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. A investigação com o livro paroquial de batismo, utilizado para o estudo deste trabalho, foi desenvolvida juntamente com o plano de trabalho, *Registro de casamento e óbitos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de casamento e óbito presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro*.

O *corpus* documental, ou seja, o assento de batismo estudado em nossa pesquisa encontra-se na sede da Cúria Diocesana da Cidade de Pinheiro, no Estado do Maranhão. Ele foi um dos poucos livros batismais a resistirem à ação do tempo e à má conservação, já que se trata de uma fonte primária do final do século XVIII.

Com a catalogação, transcrição e inserção dos registros em um banco de dados, observamos um quantitativo expressivo de batismo de escravos, uma vez que o manuscrito paroquial tratava de registros mistos, ou seja, distintos estratos sociais tiveram seus assentos batismais lançados nesse livro, o que nos apresenta, também, um panorama da sociedade colonial da Vila de Alcântara, com sua elite proprietária de escravos e o percentual de cativos

a eles pertencentes, assim como os indicadores sociais oriundos da escravidão, que demonstram as hierarquias sociais presentes entre seus integrantes.

A metodologia utilizada neste trabalho foi embasada em análise quantitativa e serial das fontes primárias, ou seja, os registros de batismo, 1800-1804, da freguesia do Apóstolo São Matias, da Vila de Alcântara, acompanhada de leitura bibliográfica, especificamente em História Social, Demográfica, Econômica, Eclesiástica, Micro - História e História Demográfica.

A partir da compilação das informações, contidas nos registros de batismo, elaboramos um banco de dados em planilha *Excel* ou *Access*, seguindo como base o modelo utilizado pelo Professor Doutor Roberto Ferreira Guedes, da UFRRJ. Por meio dos dados obtidos e do cruzamento das informações, foi possível identificar o perfil e traçar as relações sociais entre os envolvidos no rito batismal.

Para poder perceber e estudar essas fraturas e interstícios das condicionantes estruturais, usamos a micro-história como ferramenta analítica, para observar o estudo dos diferentes agentes sociais presentes nas fontes. De acordo com Levi,

A micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes [...], como prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental [...], sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação de vida (LEVI, 1992, p.135-137).

A riqueza de informações, contidas nos registros dos eventos vitais (batismo, casamento, óbito), instiga os pesquisadores a buscar cada vez mais esse tipo de fonte. Informações, como o vocabulário social de cor, presentes em enunciados de livros de batismo, casamento e óbito, são fundamentais para entender a sociedade escravista colonial. Segundo Guedes,

[...] há de se considerar que se parte da ideia de que a sociedade em questão é compreendida nas formas de pensar de sua época, e aqui ela é entendida como parte de uma monarquia católica de Antigo Regime, o que quer dizer que a escravidão, a cor-condição social ou qualidade de cor e os registros paroquiais feitos pela Igreja Católica resultam e/ou manifestam esse tipo de sociedade [...] Assim, levar em conta a dimensão religiosa dos documentos e o seu objetivo maior (registrar os sacramentos) é o primeiro passo à crítica interna ao *corpus* documental, almejava-se bem batizar e registrar o batismo (GUEDES, 2014, p. 131).

Assim, de acordo com Fragoso,

por meio do manuseio dos registros paroquiais é possível recuperar a História Social de uma população e de seus grupos. Isso por um simples motivo, tais fontes capturam as opções dos *católicos*, ou de quase todos, que constituíam a dita *população católica* em momentos decisivos de suas vidas (FRAGOSO, 2014, p.25).

Nessa perspectiva, a História Eclesiástica surge como enfoque para refletirmos a respeito da influência e das relações de poder que a Igreja Católica exercia na vida dos indivíduos, tanto no período Colonial como Imperial. Neste último, ganhava força a reforma ultramontana¹ que fortalecia as práticas sacramentais e buscava uma maior autonomia da Igreja em relação ao poder estatal.

Partindo desse pressuposto, as hipóteses levantadas, neste trabalho, defendem que os vínculos contraídos entre os escravos e seus “compadres”, através do sacramento do batismo, tenham ido muito além do rito religioso, já que os laços instituídos proporcionavam alianças, ganhos, clientelismo, parentesco espiritual entre os envolvidos, solidariedade e ampliação de laços familiares.

No que tange ao batismo de escravos, Florentino e Góis (1997, p. 92) ratificam: “o sacramento do batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútua”. O historiador Renato Franco (2004, p. 49) ainda acrescenta:

Um aspecto central deste rito era a introdução de pais novos; pais espirituais servindo funções sagradas que não podiam ser executadas pelos pais biológicos cuja responsabilidade seria limitada à assistência material e afetiva. A nova família deveria ser composta por um padrinho (pai espiritual) e madrinha (mãe espiritual) e iria ter uma existência paralela à família biológica (2004, p. 49).

Levando em consideração essas prerrogativas, instituídas através do batismo, havia outras estratégias que regiam a escolha da pessoa a se associar, ou seja, a quem eleger como compadre e comadre. Para tanto, levantamos as seguintes hipóteses: além do significado

¹ O ultramontanismo, no século XIX, caracterizou-se por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.3. Ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Historiografia e Teoria da História da Igreja Católica no Brasil Império**, 2013, p. 131. In: FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão (org). **(Re) conhecendo o Sagrado: reflexões Teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013, p.8-330

religioso, os registros de batismo eram empregados como forma de oficialização da posse do senhor sobre o escravo, logo, o registro batismal servia como um meio de dominação e poder sobre o cativo. Assim sendo, o batismo poderia trazer vários significados: para o senhor, a posse do escravo, ou mera formalidade para evitar conflitos com a Igreja, já que essa determinava que todos os recém-chegados fossem batizados.

Isto posto, este trabalho está dividido em três capítulos, sendo eles: Capítulo I - *Economia e escravidão no Maranhão Colonial*. Capítulo II - *As elites proprietárias de escravos e seus cativos no Maranhão Colonial*. Capítulo III – *Batismo, compadrio e a rede de relações entre escravos na Vila de Alcântara*.

O primeiro capítulo traz uma visão geral do contexto político, econômico e social do Maranhão, a partir da segunda metade do século XVIII, abordando o desenvolvimento e as consequências da política Pombalina para a região, destacando as atividades econômicas e a mão de obra escrava. Para finalizar, apresentamos, por meio da análise dos dados coletados dos registros de batismo, a sociedade escravista de São Matias, em Alcântara.

No segundo capítulo, identificaremos as elites proprietárias de escravos e seus cativos, no Maranhão Colonial, abordando o perfil social dessas elites, na freguesia de São Matias, em Alcântara – MA, sendo que essas elites representavam, no final do período colonial, no Maranhão, o grupo social de maior prestígio, riqueza e poder local, elementos centrais que davam a eles a condição social de famílias principais.

O último capítulo tem como objetivo discutir a temática do batismo e das relações sociais, instituídas através dos laços de compadrio entre escravos, bem como analisar, com base nos dados do livro paroquial em estudo, de que forma os cativos constituíam sua rede parental, ao escolher seu apadrinhamento.

CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO COLONIAL

A conquista e ocupação do território maranhense se deu em duas frentes distintas, uma pelo litoral norte e outra pelo sul. Segundo Cabral (1992):

As duas linhas que dirigiram o povoamento – a que invadiu o litoral, subindo pelos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim e a que avançou pelos altos sertões, oriunda do interior nordestino, delinearão formas de exploração econômica e padrões de comportamento bastante característicos nos espaços ocupados. A reconstituição da identidade maranhense implica, portanto, na apreensão desses dois amplos movimentos colonizadores com tendências e encaminhamentos próprios (CABRAL, 1992, p. 21).

Cabral (1992, p. 61) explica, ainda, que, nesse processo de ocupação do território maranhense pelo litoral foi, também, uma reação, por parte dos portugueses, com a presença dos franceses que estavam tentando ocupar a região, projeto que ficou conhecido como França Equinocial. Tal fato deu origem à colonização portuguesa no Maranhão, com o surgimento da primeira frente citada por Cabral, que ele chamou de Litorânea, expandindo-se sob o controle do Estado português e com forte presença da Igreja Católica.

Dentro desse contexto, além da capitania fundada na ilha do Maranhão, em 1621, desenvolveram-se as localidades de Alcântara e Icatu, além de pequenas habitações e fazendas às margens dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, consolidando a frente de expansão norte ou litorânea.

A frente de expansão Sul desenvolveu-se acompanhando a expansão da pecuária bovina, que vinha conquistando o interior do território português, seguindo o vale do rio São Francisco, atravessando o Piauí e o Parnaíba, adentrando em uma região conhecida como pastos bons, onde fazendas de gado surgiram no início do século XVIII (CARDOSO, 1947; CABRAL, 1992, ANDRADE, 2017).

Com o aumento da agroexportação, houve um grande crescimento populacional, que logo avançou ao longo dos rios. Não tardou para que a expansão agrícola se estendesse com a produção de algodão e arroz, como principais culturas, na região do vale do Itapecuru (CABRAL, 1992, p. 21).

Conforme o crescimento populacional ia se consolidando, no território maranhense, o Estado incentivava, ainda mais, o avanço da ocupação desse território. Muitas vezes, esse incentivo se dava por meio do uso da força, diante da resistência de algumas comunidades indígenas. Em outras situações, o Estado era auxiliado pela igreja através das missões que buscavam converter e adequar os índios aos padrões dos colonizadores. Decerto que o Estado

participou ativamente da colonização no litoral e nos vales dos rios Pindaré Mirim, Itapecuru e Munin (CABRAL 1992, p. 61).

Já a ocupação sul crescia sem uma participação tão marcante do Estado e da Igreja. Em 1730, o local, hoje conhecido como Pastos Bons, abrigava diversos campos naturais ao Sul do Maranhão. Segundo Andrade:

[...] correntes de vaqueiros, de criadores de gado oriundos da Bahia subiram os rios da vertente oriental [...], atravessaram os interflúvios existentes entre as nascentes destes rios – Chapada Diamantina – e as nascentes dos afluentes da margem direita do São Francisco e, após conquistar o vale do grande rio, subindo os cursos dos seus afluentes da margem esquerda, atravessaram as chapadas que separam o Piauí da Bahia e se espraíram pelas terras drenadas para o rio Parnaíba. Dominaram assim, o espaço piauiense [...] e a porção meridional do Maranhão (ANDRADE, 1998, p. 205).

A expansão dada pelas margens do Rio Parnaíba foi desenvolvida através de uma economia primitiva, com base no sistema fundiário, pautada na conquista violenta das terras indígenas, chegando até Pastos Bons, “guiando-se pelos passos sertanejos do gado” (COELHO NETO 1979, p. 20).

A região que, hoje, é a cidade de Alcântara foi conquistada pela frente norte ou litorânea. Inicialmente, era denominada aldeia Tapuitapera, (que, em Tupi, significa terra dos Tapuios), por ser uma aldeia de tupinambás. Em 1612, ao desembarcarem “pela primeira vez, no porto de Jevirée, na Ilha Grande do Maranhão, os homens da expedição conhecida como Expedição de La Ravardière, tiveram conhecimento de um aglomerado de aldeias do outro lado da baía, numa distância que não chegaria a 4 léguas” (VIVEIROS, 1975, p. 15).

Em 1648, ela foi transformada em vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara, sob a tríade das igrejas e conventos do Carmo, Matriz e das Mercês. No século XVIII, a vila transformou-se em um importante entreposto comercial e sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão, consolidando um importante conjunto arquitetônico luso-brasileiro (PFLUEGER, 2014, p.146).

A aldeia Tapuitapera foi elevada à categoria de vila, chamada Vila de Alcântara, em 22 de dezembro 1648 e à categoria de cidade pela lei provincial nº 24, de 5 de julho de 1836.

1.1 Contexto político e social do Maranhão nas últimas décadas do Período Colonial

A partir da segunda metade do século do XVIII, o Maranhão passou por várias transformações, econômicas, políticas e demográficas que ocasionaram a expansão do território, o desenvolvimento econômico e uma nova configuração populacional da região. Para entendermos como se deram essas mudanças, é preciso, inicialmente, compreender o contexto

que as geraram, por isso é necessário um estudo acerca da política pombalina vigente. Ela foi implantada pelo Ministro do rei, D. José I, o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo.

O marquês de Pombal foi uma figura política mitificada pela historiografia tradicional, apresentado como um visionário responsável por ações inovadoras que revolucionaram a política e a economia portuguesa, entre 1750 e 1777 (FALCON, 2015, p. 7). Decerto, entre defensores e críticos, todos destacam que suas ideias e empreendimentos marcaram as “práticas político-econômicas, de caráter mercantilista, no reinado de D. José I” (FALCON, 2015, p. 8).

No que diz respeito à atuação na região do Grão-Pará e Maranhão, durante a segunda metade do século XVIII, o Marquês de Pombal foi responsável por incentivar e promover os negócios do reino, implementando ações dinamizadoras que impulsionassem a produção na colônia, como as atividades produtivas e seu escoamento.

Até aquele momento, a mão de obra indígena era fundamental para a colonização da região. Existia um elevado número de aldeias indígenas e missões jesuíticas, pelos dados apresentados por Moreira Neto. De acordo com Moretti,

segundo um balanço feito em 1693 pelo Conselho Ultramarino, contabiliza cerca de cem “aldeias ou povoações diversas de índios” no Para. (MOREIRA NETO, p. 98). O mesmo autor ainda cita um balanço feito por João Lúcio de Azevedo para os anos imediatamente anteriores a 1750, que constata que havia apenas nove povoações de brancos (vilas) no território do estado, entre São Luís e a fronteira espanhola no Solimões: Cumã ou Alcântara, Caeté e Cametá, vilas de donatários que se encontravam em avançado estado de abandono; São Luís, Icatu e Tapuitapera no Maranhão; Belém e Vigia, no Para; e Mocha, no Piauí. Contrastando com isso, só no Maranhão, Moreira Neto cita mais de 60 aldeamentos missionários em 1721; já no Para, os dados são apenas para o início da era pombalina, constando 63 aldeamentos (MORETTI, 2014, p. 16).

O governo do Marquês de Pombal expulsou os jesuítas dos territórios portugueses e desaparecem, assim, as missões. Investiu-se no incremento da importação de escravos africanos e no comércio transatlântico, por meio da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Iniciou, então, uma época de expansão da produção e do comércio. Não era a primeira vez que se organizava uma companhia como essa. Entre os anos de 1690 e 1706, existiu uma semelhante, a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, ou Cacheu e Cabo Verde (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 86).

Todavia a principal medida desenvolvida pelo então Ministro, para a região norte da colônia, foi a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, com o objetivo de aumentar o aproveitamento das riquezas e canalizar o comércio com o Atlântico, monopolizando e controlando os lucros pela metrópole. A instalação da companhia

de comércio facilitou o financiamento e escoamento das atividades econômicas do Estado, o acesso à terra aos produtores, a introdução de novos produtos, como o algodão e o arroz, bem como o fornecimento de mão de obra escrava de origem africana para trabalhar nas lavouras.

Lima (1976, p. 45) nos dá uma visão geral do governo pombalino:

A administração pombalina, que vai de 1750 a 1777, ou seja, 27 anos, pode ser dividida, grosso modo, em duas fases: a primeira, que culmina em 1761, com a criação do Erário Real, é de natureza fiscal e judicial, sob o influxo da prosperidade do comércio colonial. A cobrança de impostos e a alfândega são as grandes preocupações do governo. A prosperidade decorrente da exploração do ouro do Brasil, que vinha do tempo de D. João V, continuava, embora certos fatos, como a política monopolista, a perseguição ao comércio livre, ao jesuitismo e parte da nobreza, tornassem o ambiente menos propício. Um dos traços peculiares da economia pombalina foi a criação das grandes companhias, como a do Comércio da Ásia (1753), do Grão-Pará e Maranhão (1755), da Pesca da Baleia (1756), dos Vinhos do Alto Douro (1756), de Pernambuco e Paraíba (1759) que, além de não, constituírem uma inovação (pois já existiam antes), obedeceram a várias finalidades, como a da centralização do Estado, concentração do comércio colonial em poucas mãos, reduzindo com isso o contrabando (LIMA, 1976, p. 45)

A inserção do Maranhão no sistema agroexportador, pela coroa, em meados do século XVIII, buscava trazer benefícios econômicos ao Reino, inserindo esta parte do império no sistema agroexportador e no comércio de cativos africanos. O resultado dessa política foi o crescimento econômico do Maranhão, a partir da segunda metade do século XVIII. Todavia, a partir de 1771, uma série de crises dificultaram a administração pombalina. Essa segunda fase, segundo Lima, vai 1771 a 1777 e

é dominada completamente por uma crise denominada colonial. Tornou-se particularmente grave porque afetava a mineração de Mato Grosso (1766-1768), o açúcar (1749-1776), os diamantes (1760-1770) e o mercado de escravos, além de assumirem perigosos aspectos os problemas da crise do trigo, da pescaria e do mercado do sal português no Brasil. Complicou-se ainda mais a situação com uma série de catástrofes ocorridas, como o terremoto de Lisboa (1755), o incêndio da alfândega de Lisboa (1764), a guerra de 1762. Para se compreender os efeitos maléficos da crise dos dois produtos brasileiros (açúcar e diamantes) sobre a economia portuguesa, é preciso saber que cerca de 55% da exportação portuguesa para o exterior constavam de produtos nossos e mais de 80% da exportação da metrópole para as províncias ultramarinas destinavam-se ao Brasil. De modo geral, os produtos coloniais predominavam nas exportações portuguesas e a diferença da balança comercial, quase sempre deficitária, era coberta com ouro proveniente das colônias, o que tornava a economia de Portugal duplamente ligada às colônias (LIMA, 1976, p. 46).

Todavia, em relação ao Maranhão, o algodão e o arroz, produtos implementados pela política pombalina, demonstram uma evolução econômica gradativa, bem como um aumento da demanda por mais africanos, o que mudou a população da região. Segundo Mota (2015), mudanças substanciais se deram com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e

Maranhão, na segunda metade do século XVIII, que alavancou a cotonicultura e o cultivo do arroz. Ela fornecia crédito, insumos, e mão de obra de origem africana, com largos prazos e preços ínfimos aos que se dedicassem ao cultivo nos moldes da agroexportação. “No período da Companhia, foram trazidos 12.000 africanos; estes números passam para 35.000, entre 1778 e 1800, crescendo para, pelo menos, 48 mil, entre 1801 e 1820” (ASSUNÇÃO, 1999 *apud* MOTA, 2015, p. 181). Essa leva de crescimento econômico impulsionou a migração da Europa, bem como a importação de manufaturados, beneficiando comerciantes da região.

Faria (2012, p. 41) demonstra que, em meados do século XVIII, surge um tipo específico de acumulação, por meio do qual se solidarizam o capital mercantil, o Estado Metropolitano e o grande proprietário rural, sob domínio do sistema agroexportador, que é marcado por expansões e crises. Esses momentos decorrem de fatores múltiplos e diferenciados, tais como: a demanda internacional, facilidade de financiamento, disponibilidade de mão de obra e de novas terras, guerras, revoltas e até problemas ecológicos (FARIA, 2012, p. 41).

Fatores internacionais que favoreceram o mercado brasileiro exportador de algodão foram a Revolução Industrial e a Guerra de Independência dos Estados Unidos. Esse cenário se manteve até a Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). O Brasil perde espaço nesse cenário, quando Egito e Índia entram no mercado internacional e, nos Estados Unidos, a guerra chega ao fim. A cotonicultura entra em crise, na década de vinte do oitocentos, que se aprofunda nos decênios posteriores. O consumo interno do algodão restringiu-se à confecção da roupa dos escravos, tendo um declínio nas exportações, acentuado, ainda mais, com a Balaiada² (1838 a 1841).

Segundo Assunção (2010), o Maranhão oitocentista sofreu com instabilidades causadas pelas oscilações de demanda do algodão. Fazendeiros e atravessadores depararam-se com enormes quedas do faturamento, devido à baixa do preço no mercado internacional, nos anos de 1818 e 1819. Muitos dos que investiram na cotonicultura ou aquisição da produção chegaram à falência. Já, em relação ao arroz, esse teve uma grande aceitação interna, passou a ser aceito como elemento básico para consumo local (ASSUNÇÃO, 2010, p.155).

Com a crise no comércio de algodão, os comerciantes diversificaram a aplicação de seus capitais, investindo na indústria açucareira. Atribui-se essa passagem ao presidente

² A Balaiada foi um movimento social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, no final de 1838 a fins de 1841. De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do país (DIAS, 1995, p. 73).

Joaquim Franco de Sá, por ter tomado uma série de medidas para invectivar-lhe a produção entre 1846 a 1848 (LAGO, 1822, p. 48). Todavia, em relação ao período que nos interessa, ou seja, os primeiros anos do século XIX, Alcântara, ainda, estava em expansão da sua produção de algodão.

Por conseguinte, como observado, o contexto político e social das últimas décadas do Maranhão Colonial foi marcado pela instalação Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o que facilitou o financiamento e escoamento das atividades produtivas da capitania. Além disso, com o surgimento de um sistema agroexportador, houve um maior desenvolvimento da agricultura colonial, bem como a diversificação dos comerciantes na aplicação de seus capitais e, com isso, a mercantilização agroexportadora ascendeu no Maranhão.

1.3 A Vila de Alcântara e a Freguesia de São Matias

A vila de Alcântara, nos finais do século XVIII e início do XIX, possuía quatro freguesias: Apóstolo São Matias, São João de Cortes, São Bento (elevada a freguesia em 1805, desmembrada e elevada a vila em 1835) e Santo Antônio e Almas (desmembrada em 1935, tornando-se a cidade de Bequimão) (SANTIROCCHI, 2018).

Como referido anteriormente, a vila se desenvolveu a partir de um aldeamento tupinambá, elevado a vila, em 1648. Por volta de 1663, São Luís, Belém e Tapuitapera (antigo nome de Alcântara) contavam, em conjunto, com 700 moradores, segundo Manuel Soutomaior. Alcântara, em 1685, teria 400 habitantes, segundo Manuel Guedes Aranha, 300 almas em 1693, segundo João de Sousa Ferreira. Rafael Chambouleyron chama a atenção par o fato de esses números se referirem, provavelmente, somente aos portugueses (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 102).

Infelizmente, não conseguimos dados populacionais relativos ao século XVIII, mas, seguramente, teve um grande aumento populacional após meados do século, devido às políticas pombalinas, como visto precedentemente. Seu crescimento em população e importância é confirmado pela sua elevação à categoria de cidade pela lei provincial nº 24, de 05 de julho de 1836. A Vila de Alcântara foi dividida em dois distritos de paz, compondo-se das freguesias do Apóstolo S. Mathias, de S. João de Corte, e da de Antônio e Almas (MARQUES, 1870, p. 4).

A freguesia de São Matias era o mais importante distrito da Vila de Alcântara. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida, a freguesia de São Matias era um importante núcleo de

grandes empreendimentos agrícolas para Vila de Alcântara, durante o período colonial e parte do Imperial. Uma vez que muitas ruínas de engenhos e fazendas são encontradas nesta freguesia,

os engenhos de açúcar com inovações tecnológicas, que foram incentivados pelo governo provincial em 1847, não lograram êxito. No final da década 1860-70, já estavam praticamente falidos, restando tão somente em Alcântara moendas de pequeno porte. Tais engenhos jamais chegaram a engenhos centrais. Usinas, com índice de industrialização semelhante àqueles da costa nordestina, não houve. Os engenhos se concentravam na freguesia do Apóstolo São Matias (ALMEIDA, 2006, p 74).

No que tange aos principais proprietários elencados por Almeida, está o Dr. Alexandre José de Viveiros, dono do engenho *São Maurício e Santa Rita*. Esse proprietário aparecerá no assento batismal, investigado neste trabalho, ou seja, nos registros de batismo da freguesia de São Matias, de 1800-1804, como sendo proprietário de 14 escravos que foram batizados, entre os anos de 1802 a 1803.

A fonte com a qual vamos trabalhar vai nos dar subsídios sobre esta freguesia e estrutura de posse, informando sobre os principais proprietários de escravos identificados. Trata-se do livro de batismo da freguesia de São Matias, abrangendo os anos de 1800 a 1804. Este estudo nos permitiu levantar alguns dados importantes como, por exemplo, a condição jurídica ou social dos seus integrantes, a identificação dos proprietários de escravos, seus respectivos cativos, os títulos e funções.

O livro paroquial de batismo foi analisado e transcrito. Ele contém 184 folhas, somando 368 páginas, com média de cinco registros por página. Destas 368 páginas, vinte³ não foram possíveis de ser digitalizadas por meio de fotografias, nem tiveram suas informações inseridas no banco de dados, uma vez que seu estado de conservação se encontrava precário, além da deterioração de algumas páginas, ocasionada pela ação do tempo, o que as tornaram ilegíveis. Entretanto foi possível recuperar grande parte do assento batismal, totalizando 1846 registros de batismo, lançados entre 25 de dezembro de 1800 a 26 de abril de 1804, todos feitos por um único pároco, o vigário Joagno Jozé de Alma e Silva, da Igreja Matriz de São Matias.

Os 1846 registros de batismo, compilados do assento paroquial da freguesia, apresentam-nos uma amostra da composição social desta população. Na tabela 1, denominada de *Divisão por sexo dos Batizados*, os dados apontam que a maioria dos registros eram

3 Fl.18/fl.18 v; fl.19/fl.19 v; fl.20/fl.20 v; fl.21/fl.21 v; fl.22/fl.22 v; fl.23/fl.23 v; fl.24/fl.24 v; fl.25/fl.25 v; fl.26/fl.26 v; fl.27/fl.27 v.

pertencentes ao sexo masculino, sendo a taxa masculina de batizados maior do que a feminina, num total de 142 registros, o que representa cerca de 7,7%.

Todavia temos de ter presente que muitos desses batizados eram de escravos adultos (438 registros), como veremos a seguir (Tabela 4), grupo que tinha por maioria homens. Todavia podemos constatar um alto índice de crescimento vegetativo da população desta paróquia, sendo que, em quatro anos, nasceram, pelo menos, 1408 pessoas, numa população provincial estimada em 152.893 habitantes, em 1821⁴.

Tabela 1 – Divisão por sexo dos Batizados

Sexo	Nº batizando
Feminino	852
Masculino	994
TOTAL	1846

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Outra questão importante a ser destacada é como esses indivíduos batizados foram qualificados e registrados no assento. Na Tabela 2, *Condição Jurídica dos Batizados/ Divisão por ano*, identificamos os principais grupos sociais dessa sociedade, informados pelo próprio pároco no manuscrito. Além disso, apresentamos a análise por sazonalidade anual.

Tabela 2 – Condição Jurídica dos Batizados/ Divisão por ano

Anos	Nº de batismo	Escravos	Forros	Livres	Índios	Não declarado
1800	32	20	0	1	0	11
1801	344	184	4	4	3	149
1802	572	333	14	0	10	215
1803	638	385	18	1	21	213
1804	260	168	9	0	3	80
TOTAL	1846	1090	45	6	37	668

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Os dados acima compreendem a data de lançamento do primeiro registro, realizado em 25 de dezembro de 1800 (fl.1), ao último, inserido em 26 de abril de 1804 (fl.184 v). Por isso, eles possuem um quantitativo menor de registros. Algo que nos chama logo a atenção é

⁴MOTA, Antônia da Silva. **As Famílias Principais**: redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: Edufma, 2012.

que cerca de 59% dos batizados eram escravos, somando 1090 registros. Esses dados indicam a grande presença de negros nessa paróquia, ainda mais se somarmos aos 45 registros de forros. É interessante notar que, destes 1090 escravos batizados, 438 estavam na idade adulta, cerca de 40%. Esses dados nos permitem demonstrar que Alcântara estava vivenciando um período de intenso desembarque de escravos, que poderia ocorrer diretamente na Vila. Podemos deduzir, também, que a grande necessidade de mão de obra era decorrente de um intenso crescimento econômico e produtivo. Portanto, quase 24% (23,78%) de todos os batizados realizados, nesse período, correspondem a escravos recém desembarcados do continente africano. Isso pode ser confirmado, também, pela tendência de crescimento nos três anos completos da tabela, 1801, 1802, 1803.

A população colonial era dividida socialmente de acordo com o seu distanciamento da escravidão, portanto os dois polos eram os escravos e o grupo, dos quais não foi necessário declaração, por serem, indubitavelmente, livres e representam 36% dos batizados (mas temos 6 indivíduos que tiveram a necessidade de ser declarados livres, poderiam não ser brancos?). Muitos desses 668 indivíduos pertenciam à elite. Esta hipótese deriva das condições sociais e econômicas de seus pais e/ou avós.

Outras duas categorias presentes são os forros e índios, pouco representativos na amostragem. Entre os escravos, forros e livres, também, é possível que existam índios, porém é impossível identificá-los, a não ser em alguns casos, em que, alguns batizando escravos, a mãe ou o pai estavam registrados como índios, demonstrando a permanência de escravidão indígena. Já os declarados índios, provavelmente, refere-se àqueles recém-assimilados ou pertencente às chefias indígenas.

Em uma análise mais específica, podemos inferir que, de 1800 a 1804, o número de escravos era maior em relação a forros, livres, índios e àqueles que não tiveram sua condição declarada nos registros, ou seja, a população que estava sendo batizada na freguesia de São Matias era constituída, em sua maioria, por cativos, em um período no qual o Maranhão e a Vila de Alcântara ainda estavam em fase de expansão da produção agroexportadora e se apresentava como grande consumidor de mão de obra escrava.

Na tabela 3, apresentamos a naturalidade e nacionalidade dos batizados com sua respectiva condição jurídica, lançada no livro paroquial. Esses dados sobre a procedência dos batizados colaboram para as hipóteses levantadas acima, demonstrando um grande quantitativo de escravos de origem africana, em especial com naturalidade/nacionalidade da Guiné.

A presença de indivíduos que não tiveram a naturalidade/nacionalidade declarada pelo pároco nos leva a inferir que ele se eximiu de registrar esse dado nos batismos, pois, provavelmente, receberam o sacramento no próprio lugar de nascimento, portanto, a naturalidade poderia estar subtendida para o padre e para todos daquele lugar.

Tabela 3 - Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados/ Divisão por Condição Jurídica dos Batizados

Naturalidade	Nº de batismo	Escravos	Forros	Livres	Índios	Não declarado
Alcântara	351	26	8	4	14	299
Guiné	439	439	0	0	0	0
Lisboa	2	0	0	0	0	2
Bispado de Angra	1	0	0	0	0	1
Maranhão	2	0	0	0	0	2
Nada a declarar	1051	625	37	2	23	364
TOTAL	1846	1090	45	6	37	668

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

Na tabela 4, reunimos informações sobre características ligadas às estruturas familiares (ou falta delas), constituídas pela população de São Matias, segundo as informações contidas nos registros de batismo.

Tabela 4 – Condição familiar dos Batizados

	Nº de batizados
Naturais	667
Legítimos	734
Adultos	437
Criança/Inocente	4
Perigo de Vida	3
Exposto	2
TOTAL	1846

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

Como podemos notar, na tabela acima, o número dos filhos legítimos quase corresponde ao número dos que não tiveram a condição jurídica registrada na Tabela 1 e 2. Provavelmente, pertenciam ao grupo dos socialmente brancos (GUEDES, 2014), parte da elite local, para qual era importante oficializar as relações perante a Igreja por meio do casamento.

No próximo capítulo, continuaremos a analisar a população de Alcântara por meio do registro de batismo, mas nos focaremos nas famílias escravas, enfatizando o perfil social das elites proprietárias de escravos e os cativos na freguesia de São Matias em Alcântara.

CAPÍTULO II – AS ELITES PROPRIETÁRIAS DE ESCRAVOS E SEUS CATIVOS NO MARANHÃO COLONIAL

Pretende-se identificar, neste capítulo, o perfil social das elites proprietárias de escravos e os cativos na freguesia de São Matias em Alcântara. As elites proprietárias de escravos representavam, no final do período colonial no Maranhão, o grupo social de maior prestígio, riqueza e poder local, elementos centrais que davam a eles a condição social de “famílias principais”⁵. Segundo Faria (1998), as características fundamentais para o reconhecimento social, estava na “brancura da pele, prestígios familiares, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou no presente, se não os envolvidos pelos menos de parentes próximos” (FARIA, 1998, p. 35).

2.1 Notas sobre os estudos das elites no Maranhão Colonial

Apresentaremos as características principais da elite proprietária de escravos maranhense e alcantareense, que formavam a aristocracia rural do final do século XVIII e início do século XIX. Mas, antes, buscaremos fundamentar nossa compreensão do significado do conceito elite.

Schwartz (1993, p. 230) nos traz uma definição sobre nobreza:

Nobreza, na verdade, era uma questão de onde se vivia e o que se fazia, tanto quanto de um título nobiliárquico. Na falta deste, os senhores de engenho demonstravam seu status de nobreza levando uma vida senhorial, com uma grande propriedade fundiária, muitos escravos e agregados e a responsabilidade de prover a defesa da região.

Mosca (1992) sustenta que a contemplação do uso terminológico da designação elite, dentro do contexto das Ciências Sociais, ganha destaque, quando, na organização social, atuam duas classes (as que comandam – classe política – e as que são comandadas – massa). Por outro lado, demonstrando outras duas formas de elites, Pareto (1984) aponta para uma elite governante e uma elite não governante.

A relação de contraste é demarcada por Mosca (1992), quando ele afirma que a elite detém poder de decisão e organização, enquanto o outro grupo (a maioria) está exposta aos atos deste primeiro grupo organizado (elite). O empoderamento para traçar os rumos da sociedade

⁵ Sobre as “famílias principais” do Maranhão no período Colonial, ver: MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

seria o que diferenciaria o grupo dominante (elite) dos governados (a massa), segundo Pareto (1984).

Nessa época, no Maranhão, o vínculo das ligações familiares era muito significativo para o bom andamento dos negócios. Nesse sentido, Faria (1998) aduz que essas relações familiares eram especialmente importantes para a produção e andamento dos trabalhos do mundo agrário. Como exemplo de familiares que se destacaram no Maranhão, ainda no período colonial, temos a família Belfort, a família Souza e a família Lamagnère, que, segundo Mota (2012), os patriarcas uniram suas famílias entre si e com outras de renome, para dominar a região, através de alianças matrimoniais oportunas, quando todos os recursos disponíveis foram monopolizados pela parentela. No final do século XVIII e início do século XIX, ainda de acordo com a autora, o patrimônio da família Belfort multiplicou-se depois de seus grandes empreendimentos desbravadores e, por conta disso, muitos de seus descendentes tornaram-se grandes proprietários rurais e urbanos.

As famílias da elite maranhense, estudadas por Mota (2012, p. 68-69), possuíam unidades agrícolas localizadas em área fértil, como a Ribeira do Itapecuru, as quais eram trabalhadas pelo braço escravo. Alguns senhores dominavam enormes plantéis, com mais de cem escravos em idade adulta, mais tinham aqueles que cultivavam suas terras com poucos escravos. O maior investimento dessas famílias era a aquisição e manutenção da mão de obra escrava. A autora afirma, ainda, que aqueles que tinham um plantel maior, normalmente, tinham mais de uma fazenda, assim, além de cultivar arroz e algodão podiam criar gado, ter engenho de açúcar, plantar mandioca para alimentação dos escravos.

No que tange às elites do Maranhão, no Período Colonial, na visão de Mota (2012), é necessária uma análise sobre suas relações de poder e suas peculiaridades. Fazendo uma breve abordagem de sua obra, para melhor compreensão das redes de poder, no Maranhão colonial, encontraremos a figura do Irlandês Lourenço Belfort, que, de forma emblemática, representa o ímpeto das elites da época. Belfort possuía grande habilidade política e econômica, soube se projetar dentro do cenário do Maranhão, no período que antecedeu a explosão econômica, ocasião em que se direcionou ao apresamento de indígenas e à criação de gado bovino. Posteriormente, veio a atuar na cotonicultura e plantio de arroz, além da atuação na gestão da Companhia de Comércio e rentismo imobiliário.

Segundo Mota (2012, p.12), a rede familiar era amplamente utilizada, em todas as suas oportunidades, por essas elites, pelos Gomes de Sousa, Lamagnère, Vieira da Silva, Belfort, entre outras parentelas. O poderio foi mantido pelas elites através da aproximação das relações

entre as famílias, por meio do manejo de relações com inserção profícua nos centros de decisão. As relações sociais afetuosas (casamentos) eram meticulosamente arquitetadas para que ocorressem com membros de destaque, engendrados na malha social da elite da Capitania. Como aponta Mota (2012, p. 53), “[...] o enriquecimento passava pelas relações com a administração da colônia, pelo privilégio possível através das relações familiares”.

Nesse contexto, a designação das famílias abrange um universo maior que a consanguinidade, entrelaçando os que se subordinam a um mesmo patriarca, abrangendo coabitação e relações ritualísticas, a exemplo o compadrio, perpassando os laços políticos. As relações de reciprocidade atingem uma gama ainda maior, com a utilização do casamento como rede de agremiação, criando laços não consanguíneos, tendo-se, assim, sob a égide da família, a pormenorização da individualidade em nome da participação do grupo familiar.

Segundo Mota (2012), a superioridade da “nobreza” das terras é demonstrada pela transmutação da riqueza extraída da terra, em louças, joias, vestuários, que recheavam prédios urbanos em São Luís, demonstrando um certo aburguesamento dos costumes da elite maranhense.

Em uma análise das relações entre a elite maranhense e a escravidão, Mota (2012, p. 71) tece observações acerca da origem étnica e costumes dos cativos, não desprezando flutuações de tais parâmetros ao longo do tempo. Aponta para o aumento do preço, conforme se aproximava do final do oitocentos, verificando-se ainda a majoração de indivíduos provenientes da Costa Ocidental Africana (Guiné, Angola e Cacheu), indicando, com o passar do tempo, a prevalência dos *crioulos* (nascidos no Brasil).

Ponderando sobre a família escrava, apresenta as diferentes abordagens sobre o tema, havendo uma linha que a interpreta como um fator de atenuação da escravidão, enquanto outra a aponta como uma ferramenta de aprofundamento das relações escravistas, sendo usado pelos senhores para sedentarizar e criar elos que serão fatores de submissão, pois, “em todas as sociedades, quem está com mais de trinta anos e com compromissos familiares dificilmente se tornará um revolucionário” (MOTA, 2012, p. 74).

Apesar do incentivo à formação dos núcleos familiares entre escravos, não havia qualquer pudor, por parte dos senhores, no que tange à separação desses núcleos, por meio de vendas, partilhas ou doações, o que, de certo modo, explicaria a ínfima formalização de casamentos entre cativos, pois poderiam gerar dificuldades (principalmente por pressões eclesiásticas), para fins comerciais dos membros de uma família escrava, reconhecida pelo matrimônio e com filhos legítimos.

O registro e criação de tradições sobre a nobreza maranhense tinha o objetivo de ocultar o, por vezes, tortuoso caminho de ascensão social, custeado por ações predatórias aos mais fracos e à coisa pública, permeados por audazes aventureiros que buscavam, através da criação de quase mitologias próprias legitimar suas conquistas e de seus antepassados, em busca de reconhecimento e favores da coroa. Essas narrativas tinham por objetivo construir uma imagem de tais famílias como promotoras da civilidade e estão presentes na “historiografia maranhense tradicional” que “sempre dá destaque a estas figuras em seus escritos. Um aspecto evidente nesta crônica é o ‘endeusamento’ destas famílias eternizando sua posição social, escondendo sua origem comum” (MOTA, 2012, p. 164).

Voltando, agora, a atenção para Alcântara, Viveiros (1975), este explana acerca da organização familiar alcantareense, iniciando seu apontamento com o período setecentista, no qual havia três grandes famílias: Cerveira, Mendes e Azevedo Coutinho. Enquanto no século XIX encontramos um número maior: Serrão, Ribeiro, Ponsadilha, Guterres, Franco de Sá, Costa Ferreira, Viveiros, Sousa, Duarte, Morais, Gomes de Castro, Araújo entre outras; “[...]”.

Com títulos de fidalguia ou sem eles, as famílias alcantarenses foram organizadas nos velhos moldes patriarcais, em que dominavam o sentimentalismo da “raça lusitana” (VIVEIROS, 1975, p. 51). Esse *modus operandi*, evidencia-se na constituição lenta de patrimônio, por parte dessas famílias, evidenciada nos inventários por cabedais e incorporação em cargos, funções ocupadas pelos seus ancestrais. Na análise dos inventários verifica-se o enriquecimento dessas famílias, que se espelha nas transformações que a vila sofreu, por meio da construção de imponentes casarões:

Ao entrar na Praça da Matriz, pela Rua das Mercês, logo no canto – os três sobrados da família Viveiros; na mesma direção que estes – o prédio de azulejo de Inácio Mendes; no ângulo da praça, esquina da Rua de Baixo – o solar dos Andrades (antepassados do poeta Sousândrade); junto – o palacete de Antônio Pedro Ribeiro; em frente a este – a Casa da Câmara – vasta, confortável, de elegantes linhas arquitetônicas; logo em seguida, no terceiro ângulo da praça – o palácio de Antônio Onofre Ribeiro, que, diz a tradição, tinha fechaduras de prata em cujas ruínas ainda se nota a suntuosidade do vestíbulo; desse mesmo lado – a casa de Servero Cerveira; à Rua Grande o Sobrado de Joaquim Sousa; à mesma em frente à igreja do Carmo outro palácio, o do Senhor Antônio Pedro da Costa Ferreira [...] o sobrado de azulejo do Doutor Alexandre José de Viveiros [...] a casa do Coronel Manuel João Ribeiro [...] residência dos Mendes de Sousa e do Guterres e dos Vales (VIVEIROS, 1975, p. 55).

Como exposto, a base do patrimônio da elite colonial do Maranhão estava centrada, na propriedade de bens rentáveis como, terras, fazendas, mão de obra escrava, títulos ou cargos e ocupações administrativas e militares. Advindo ainda, do pertencimento de uma linhagem familiar tradicional e com grande prestígio social local, que buscava preservar, se fortalecer,

e/ou ascender através de alianças, mercantis ou relações sociais instituídas nos sacramento da Igreja. Partindo deste de ponto, abordaremos a seguir, o perfil social das elites, na freguesia de São Matias

2.2 As Elites Proprietárias de escravos e seus cativos nos registros paroquiais de Batismo da freguesia de São Matias

Como vimos, Alcântara se consolidou como uma produtora de mercadorias importantes para o comércio no Maranhão. Esse processo fez surgir grandes proprietários de terras, fazendas e engenhos na região, constituindo influentes famílias detentoras de riquezas, resultante da produção nas várias atividades ligadas à agricultura agroexportadora. É neste universo que estava estruturada a elite proprietária de Alcântara, que contava com a produção e circulação de mercadorias, sendo detentora de um importante contingente de escravos. Isso se evidencia nas tabelas que apresentaremos a seguir, com a estrutura de posse dos escravos sendo batizados, a divisão por sexo da elite proprietária de escravos, a estrutura de posse dos escravos mulheres e homens e a divisão por condição social da elite proprietária de escravos.

Tabela: 5 - Estrutura de posse dos escravos sendo batizados

Propriedade escrava				
De 01 a 5 Escravos	De 06 a 10 Escravos	De 11 a 15 Escravos	De 16 a 20 Escravos	De 21 até 22 Escravos
389 Proprietários	28 Proprietários	10 Proprietários	4 Proprietários	2 Proprietários

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

A tabela 5 mostra a distribuição da elite proprietária de escravos e respectivo quantitativo de escravos que eles batizaram, entre 1800 e 1804. Ao todo, foram catalogados 433 proprietários distintos. Os dados abaixo apresentam a divisão da elite proprietária em 3 partes: pequenos (1 a 10 escravos), médios (11 a 20 escravos) e grandes (21 a 22 escravos). Os dados demonstram, possivelmente, os grupos que batizaram menos escravos. Indica, também, como a posse de escravos era amplamente dispersa naquela sociedade.

A seguir vamos ver o perfil de gênero e tipo desses proprietários:

Tabela – 6 Divisão por Sexo da Elite Proprietária de Escravos

Sexo	Nº de Proprietários
Mulheres	85

Homens	337
Sem identificação do proprietário (Não constaram os nomes)	9
Capela do Desterro	1
Santa Casa de Jerusalém	1
TOTAL	433

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

A tabela acima demonstra a divisão por sexo da elite proprietária, bem como instituições religiosas possuidoras de escravos. Nota-se que a maioria dos proprietários de escravos era composta por homens (337). Mas é necessário destacar, também, a significativa participação das mulheres que possuíam mais escravos. Provavelmente, a maioria delas era de viúvas.

Tabela: 7 Estrutura de posse dos escravos sendo batizados por proprietárias/ mulheres

Propriedade escrava		
De 01 a 5 Escravos	De 6 a 8	Com 21
80 Proprietárias	4 Proprietárias	1 Proprietária

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

A tabela 7, acima, aponta que a maioria das mulheres proprietárias de escravos possuía, entre 1 e 5, escravos sendo batizados, sendo que, de acordo com os registros consultados, apenas 1 proprietária tinha, pelo menos, 21 escravos, Dona Maria Jozefa de Arouche. Isso demonstra que, mesmo pertencendo às elites, as mulheres ainda possuíam direitos bem desiguais, se comparadas aos homens, uma vez que a maioria dos proprietários de escravos era composta por homens.

Tabela: 8 Estrutura de posse dos escravos sendo batizados por proprietários/ homens

Propriedade escrava				
De 01 a 5 Escravos	De 06 a 10 Escravos	De 11 a 15 Escravos	De 16 a 19 Escravos	Com 22
298 Proprietários	24 Proprietários	10 Proprietários	4 Proprietários	1 Proprietários

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

A propriedade escrava dos homens era muito maior, em relação às mulheres, como aponta a tabela 8. A maioria dos proprietários batizou de 1 a 5 escravos. Porém apenas um

proprietário, o Capitão Estevão de Almeida e Silva, foi encontrado nos documentos consultados, batizando 22 escravos.

Tabela – 9 Divisão por qualificação dos proprietários de Escravos

Por Título, Patente, Ocupação/ Tratamento e Condição social.	Nº Casos
Dona	4
Alferes	7
Tenente	16
Capitão	17
General Mister	1
Padre	7
Reverendo	1
Vigário	1
Forro	1
Nada a Declarar	378
TOTAL	433

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

No que toca à qualificação dos proprietários de escravos, a tabela 9 demonstra que elas indicam, também, concentração no número de escravos que foram batizados e, provavelmente, também no quantitativo de escravos que possuíam. Os que mais aparecem nos registros são os capitães e tenentes, com 17 e 16 casos, respectivamente.

A seguir, vamos passar a nos concentrar nos escravizados. Na próxima tabela, será apresentada a divisão por sexo dos escravos batizados, entre 1800 e 1804, para, em seguida, analisarmos as qualidades, naturalidade, nacionalidade, entre outras características dos escravos batizados na Freguesia de São Matias, em Alcântara.

Tabela: 10 Divisão por Sexo dos Escravos das Elites Proprietárias

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Femininos	Masculinos
487	603
Total	1090

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro - MA 1800-1804

A tabela 10, acima, mostra a superioridade de batismos masculinos em relação aos femininos. O grande número de batismo de escravos adultos, como visto, anteriormente, bem como o interesse do comércio de escravos por homens jovens, ajuda-nos a compreender esses

números. Para compreendermos melhor essa questão, dividimos os batizados escravos em algumas categorias.

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao que chamamos de “qualidades” dos batizados escravos, tais como: adultos, legítimos, naturais, inocentes e perigo de vida. De acordo com as informações encontradas, a maior quantidade dos batizados é formada por adultos, 435 casos, corroborando o que dissemos acima. Em seguida, estão os qualificados como naturais, 440 casos, crianças filhas de uma família escrava, a qual os pais não se casaram oficialmente perante a Igreja Católica. Todavia 210 casos são de filhos legítimos, ou seja, filhos de casais que celebraram seu matrimônio perante a Igreja. Esse quantitativo é maior que o encontrado em outras regiões do Brasil para essa época. O número de inocentes e/ou criança encontrado foi apenas 3 e somente foram batizados em perigo de vida.

Tabela 11 – Qualidades dos Batizados Escravos

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Adultos	436
Legítimos	210
Naturais	439
Inocentes	3
Perigo de Vida	2
TOTAL	1090

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro - MA 1800-1804

A tabela 12, abaixo, traz dados sobre a divisão por naturalidade/nacionalidade dos batizados adultos, com apenas uma informação, mas de crucial importância para se entender o comércio de escravos e a importância da África Ocidental para o fornecimento de cativos para o Maranhão.

Tabela 12- Divisão por Naturalidade/Nacionalidade dos Batizados Adultos

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Guiné	436
TOTAL	436

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-18

A divisão por naturalidade e nacionalidade dos batizados legítimos, apresentada na tabela 13, abaixo, contém apenas 7 casos registrados como nascidos em Alcântara, mas, como

visto anteriormente, para a elite proprietária, os 203 batizados que não tiveram sua naturalidade declarada, provavelmente, também, eram naturais de Alcântara.

Tabela 13- Divisão por Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados Legítimos

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Alcântara	7
Não declarado	203
TOTAL	210

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

A divisão por naturalidade/nacionalidade das crianças batizadas como naturais (tabela 14) apresenta uma maior diversidade de dados. Os não declarados são novamente o maior número, seguido pelos naturais de Alcântara. A grande novidade são as 6 crianças da Guiné, muito provavelmente frutos do comércio de escravos e desembarcados naquele período.

Tabela 14- Divisão por Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados Naturais

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Alcântara	19
Guiné	2
Não declarado	418
TOTAL	439

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro - MA 1800-1804

Abaixo, analisamos os dois grupos minoritários, inocentes e batizados em perigo de vida:

Tabela 15- Divisão por Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados Crianças/Inocentes

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Guiné	3
TOTAL	3

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro - MA 1800-1804

Tabela 16- Divisão por Naturalidade e Nacionalidade dos Batizados Perigo de Vida

Registros de Batismo de escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)	
Nada a declarar	2
TOTAL	2

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

Essas informações não dizem muito sobre esses grupos, porém observa-se que os critérios de batismo encontrados nos registros de batismo de escravos, na freguesia de São Matias, em Alcântara, variam muito, com números que oscilam a depender do comércio de escravo ou da formação de famílias escravas.

Por conseguinte, através do estudo das elites proprietárias de escravos e seus cativos, nos registros paroquiais de batismo da freguesia de São Matias, foi possível constatar que, com o surgimento dos grandes proprietários de terras, fazendas e engenhos na região, essas elites foram constituindo grandes riquezas, resultante da produção nas várias atividades ligadas à agricultura agroexportadora, sendo, portanto, detentora de um importante contingente de escravos, como observados nas tabelas analisadas.

CAPÍTULO III – BATISMO, COMPADRIO E A REDE DE RELAÇÕES ENTRE ESCRAVOS NA VILA DE ALCÂNTARA

3.1 Batismo e Compadrio

Antes de mais nada é preciso destacar que o período retratado pela pesquisa ainda se pautava em uma sociedade que tinha como um dos principais centros de poder a Igreja Católica, portanto, registros vitais como o batismo, casamento e óbito, além de serem rituais religiosos considerados fundamentais para a sociedade brasileira da época, carregavam, na mentalidade cristã, aspectos que envolviam a salvação da alma dos fiéis, como por exemplo, a garantia do acesso ao reino de Deus e a crença na vida eterna no céu. Para os envolvidos no sacramento do batismo, poderia significar uma oportunidade de instituição e reconstrução da rede de relações sociais.

O registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo. O batismo significava a comprovação de ser a pessoa filha dos pais e da terra alegado. A união matrimonial só existia se o casal tivesse recebido as bênçãos de um padre, com testemunhas e assentos em livros próprios. O registro de óbito representava a morte. Forneciam-se atestados de viuvez, por párocos que transcreviam o registro de óbito de um dos conjugues. Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passavam pelo olhar e controle da Igreja. Pode-se até mesmo considerar que a cidadania se exercia pela aceitação, mesmo que estratégica, dos rituais católicos (FARIA, 1998, *apud* JUNIOR; SALES, 2014, p. 185).

No que concerne aos registros paroquiais, entre eles o do batismo, é importante frisarmos as ações que o Concílio de Trento (1560-1565) estabeleceu, com o intuito de garantir a padronização dos registros vitais, diante da dificuldade da Igreja Católica em manter seu controle social sobre os indivíduos. No Brasil, essas normas pré-estabelecidas ficaram sob a responsabilidade das “*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*”, aprovadas em 1707, redigidas por D. Sebastião Monteiro da Vide, “com o objetivo de regulamentar a ação da Igreja na colônia e o comportamento dos fiéis e que significou, não só uma mais efetiva aplicação dos dogmas estipulados pelo Concílio de Trento, mas, também, uma tentativa de adaptação destes à realidade específica da colônia” (VAILATI, 2010, p. 102).

Com relação aos laços de compadrio, instituídos por meio do apadrinhamento dos batizando, como já vem sendo discutido por diversos estudos que se debruçaram sobre a temática, poderia significar uma estratégia de construir uma rede de relações sociais e de solidariedade dentro de um possível cativeiro.

Ainda nesse viés de compreensão do significados do batismo, existe uma grande gama de registros que nos informam, por meio de seus dados, a presença de Santas como madrinhas dos batizados. Em seu trabalho intitulado “*Santas e Protetoras: uma análise dos assentos paroquiais de batismo em São João de Corte no período Oitocentista 1867-1889*”, a autora Lisiane Almeida Ferreira, apresenta concepções que demonstram que o catolicismo devocional era uma prática constante nas freguesias da Vila de Alcântara. Em suas análises sobre a freguesia de São João de Corte, em Alcântara, ficou constatado que um significativo número dos batizados tinha uma Santa como madrinha, e que os “santos também participavam do seu cotidiano, da sua vida privada, de suas estratégias de vida [...] ou seja, como as devoções às santas levou um grande número de famílias a escolhê-las como madrinhas de seus filhos. Isso podia ocorrer tanto por um íntima relação espiritual com a santa, como forma de cumprir uma promessa ou de receber um tipo de proteção” (FERREIRA,2018, p.14).

3.2 Rede de relações entre escravos: uma análise a partir dos registros de batismo da freguesia de São Matias, da vila de Alcântara (1800-1804)

Os laços de compadrio, vínculo instituído através das cerimônias ritualísticas católicas de batismo e casamento, institucionalmente chamados de sacramento, une-se, não somente os batizados e seus padrinhos ou os noivos e seus padrinhos (no caso dos casamentos), como, também, constitui-se toda uma rede parental entre os envolvidos. Este foi um importante mecanismo de construções relações sociais.

Os resultados obtidos, nesta pesquisa, permitiram-nos demonstrar a rede de relações entre escravos, contraídas através do compadrio estabelecido a partir do sacramento batismal. Essa rede de relações poderia ser construída por meio do parentesco biológico, espiritual, amizade, solidariedade, proteção e hierarquias.

Os dados abaixo apresentam resultados do livro de batismo da freguesia de São Matias, os quais mostram informações sobre a opção da família, ou do próprio batizando, em alguns casos, de adultos, nas escolhas de padrinhos e madrinhas. Para nossa investigação, utilizamos 1090 registros de escravos, em um universo de 1847, registros lançados no assento paroquial estudado, com a finalidade de analisar sua rede de relações.

Para tanto, a tabela 17 mostra o quantitativo de 436 registros de escravos registrados como adultos, sendo que, desse total, 9 não constaram o nome dos padrinhos e nem menção sobre eles. As informações a seguir demonstram que os escravos adultos, que poderiam ter

opção de escolha, mas que, muito provavelmente, a escolha era feita pelos seus proprietários, já que acabavam de ser desembarcados, tiveram sua rede de relações determinadas, em sua maioria, por meio do apadrinhamento com indivíduos com a condição de cor não declarada no assento paroquial. Estes totalizavam 236 padrinhos, seguidos por 19 indivíduos qualificados como forros, 15 casos com a patente de alferes, 2 definidos como cafuz e um como livre. Todos esses homens eram livres. Entre aqueles que criaram rede de relações com padrinhos, com condição jurídica escrava, soma-se 154 padrinhos. Pelo exposto, inferimos que os escravos adultos, recém-chegados da Guiné, tiveram sua rede relações, na sua maioria, estabelecida com os segmentos sociais que tinham um certo distanciamento da escravidão.

No caso das madrinhas, das 436 registradas no batismo de adultos, 9 não tiveram nenhuma menção nos registros. Das 427 madrinhas, que aparecem no manuscrito, 202 não tiveram nenhuma qualificação declarada, 29 eram forras, 15 receberam o título de Dona, uma a qualificação de preta, uma de mulata e uma de índia. Todas elas eram livres. Dentre as que foram registradas na condição jurídica de escrava, contabilizamos 169. Tivemos, ainda, 18 casos em que as escolhidas para madrinhas foram santas católicas. Como se vê, madrinhas escolhidas para os recém-chegados da Guiné pertenciam aos segmentos sociais que tinham certo distanciamento da escravidão.

Tabela 17- As Redes de relações de Escravos Adultos

Batismo de Escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)			
Registros com Padrinhos 427		Registros com Madrinha 428	
Sem informação dos Padrinhos 10		Sem informação das Madrinhas 9	
Qualificações dos padrinhos		Qualificações das Madrinhas	
Padrinhos	Nº de Casos	Madrinhas	Nº de Casos
Sem qualificações	236	Sem qualificações	193
Forros	20	Forra	29
Alferes	15	Santas	18
Cafuz	2	Dona	15
Livre	1	Preta	1
		Mulata	1
		Índia	1
Escravos		Escravos	
Escravos	153	Escrava	172

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Passaremos, agora, a analisar quais foram as escolhas dos pais de filhos legítimos para padrinhos de seus filhos. Devemos ter presente que esses casais receberam o sacramento do matrimônio, por isso seus filhos eram registrados como legítimos.

Tabela 18- Redes de Compadrio entre Filhos Legítimos

Batismo de Escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)			
Registros com Padrinhos 207		Registros com Madrinha 206	
Sem informação dos Padrinhos 3		Sem informação das Madrinha 4	
Títulos/ocupações		Títulos/ocupações	
Padrinhos	Nº de Casos	Madrinhas	Nº de Casos
Sem declaração	85	Sem declaração	64
Padre	4	Santas	15
Frei	1	Dona	2
Capitão	1		
Total	91	Total	81
Condição Jurídica/cor		Condição Jurídica/cor	
Escravos	95	Escrava	107
Forro	15	Forra	15
Índios	3	Índia	2
Livres	3	Livres	1
Total	116	Total	125

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Ao contrário dos batizados adultos ou naturais, aqueles legítimos tiveram, na sua maioria, pessoas escravas ou próximas ao mundo da escravidão, escolhidos como padrinhos e madrinhas. As pessoas livres ainda formam maioria no caso dos padrinhos, o que já não ocorre no caso das madrinhas. Portanto, percebemos que as famílias escravas com filhos legítimos escolhiam para estabelecer relações, principalmente, pessoas próximas a sua condição social. Não podemos deixar de notar a presença de 15 santas entre as madrinhas.

Passaremos, agora, a analisar a rede de compadrio dos batizados declarados como naturais nos registros de batismo.

Tabela 19- Redes de Compadrio entre Filhos Naturais

Batismo de Escravos da Freguesia de São Matias/ Alcântara (1800-1804)			
Registros com Padrinhos 425		Registros com Madrinha 422	
Sem informação dos Padrinhos 14		Sem informação das Madrinhas 17	
Padrinhos	Nº de Casos	Madrinhas	Nº de Casos
Títulos/ocupações		Títulos/ocupações	

Sem declaração	241	Sem declaração	178
Padre	4	Santas	41
Capitão	4	Dona	6
Alferes	4		
Sacristão	1		
Ajudante	1		
Reverendo	1		
Condição Jurídica/cor		Condição Jurídica/cor	
Escravos	153	Escrava	172
Forro	10	Forra	12
Índios	3	Livres	7
Livres	3	Índia	6

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

Entre os batizados registrados como naturais, ou seja, filhos de uma união não reconhecida pela Igreja Católica, temos uma diferença entre madrinhas e padrinhos. Em relação a estes últimos, a maioria das relações estabelecidas refere-se a pessoas livres e distantes do estigma da escravidão. Já, entre a madrinhas, apesar de o maior número delas ser livre, a maioria está próxima do mundo dos escravos. Temos, também, nesse segmento, o maior número de santas como madrinhas.

Supondo que existia uma hierarquia na senzala, na qual as uniões legítimas estão no topo, seguido das uniões não reconhecidas pelas Igreja Católica e, por último, os recém desembarcados, concluímos que, quanto mais baixo nessa hierarquia, mais a rede de relações eram estabelecidas com o mundo dos sem qualificação de cor, brancos e livres. Enquanto, no topo, as relações eram estabelecidas, principalmente, com pessoas próximas ao universo relacional dos escravizados, ou seja, outros escravos ou indivíduos que ainda traziam, nas suas qualificações, o estigma da escravidão, como forros e mulatos. Os índios, apesar de presentes, contabilizam um número muito reduzido.

Para concluir o capítulo, analisaremos, rapidamente, quais eram as santas católicas escolhidas como madrinhas, entre os escravizados. A tabela 20 contém o nome das principais madrinhas escolhidas pelos escravos adultos, a 21 pelos pais de filhos legítimos e a 22 pelos pais, ou somente pela mãe, dos filhos naturais.

Tabela 20 -Principais Santas Madrinhas de Escravos Adultos

Principais Santas	Nº de Casos
Nossa Senhora da Conceição	11
Senhora do Rosário	4

Nossa Senhora das Dores	2
Santa Anna	1

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804

Tabela 21- Principais Santas Madrinhas dos Filhos Legítimos

Madrinhas Santas	Nº de Casos
Nossa Senhora da Conceição	6
Nossa Senhora das Dores	5
Senhora do Rosário	2
Santa Anna	1
Senhora do Carmo	1

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Tabela 22- Principais Santas Madrinhas de Filhos Naturais

Madrinhas Santas	Nº de Casos
Nossa Senhora da Conceição	25
Senhora do Rosário	7
Nossa Senhora das Dores	3
Santa Anna	2
Senhora do Carmo	2
Senhora de Nazareth	1
Santa Thereza [ilegível]	1

Fonte: Livro Paroquial de Batismo presente no acervo da Cúria Diocesana de Pinheiro-MA 1800-1804.

Podemos notar que Nossa Senhora da Conceição é, sem dúvida, a principal santa escolhida para madrinha, entre todas as três qualificações de batizados. Em seguida, vem Nossa Senhora das Dores e do Rosário. Segundo Ferreira, a grande quantidade de crianças que receberam, como madrinha, uma santa pode representar a forte permanência do sistema de trocas com o divino, representado pelo pagamento de promessas feitas para engravidar, para enfrentar dificuldades durante a gravidez ou para não ter complicações na hora do parto (FERREIRA, 2018, p. 11-18)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo com as fontes históricas, em especial, com os registros paroquiais de batismo, tem possibilitado explorar uma variedade de temas, sobretudo conhecer e investigar diferentes estruturas e práticas sociais. Esses manuscritos eclesiásticos, constituem um importante *corpus* documental para o entendimento da sociedade, em um dado momento de sua história. Por meio de um referencial teórico e metodológico bem definido, as informações, seriais, quantitativa e qualitativa desses registros permitem recuperar e pesquisar diferentes temas como: ocupação do território, hierarquias sociais, escravidão, organização da sociedade, relações de parentesco, identidades, devoção, dentre outros.

As pesquisas, utilizando os registros paroquiais, vêm ganhando, cada vez mais, destaque entre os historiadores brasileiros. No campo “investigativo”, apontam pistas e/ou dados que explicam ou problematizam diferentes acontecimentos ou eventos da vida e da sociedade colonial e imperial do Brasil.

Com as análises realizadas, neste trabalho, observamos os mapas populacionais da Vila de Alcântara, em especial da Freguesia de São Matias, a base econômica, algumas características da mão de obra escrava, a elite, pautada na propriedade escrava, suas alianças e de seus cativos, nas relações de compadrio, sacramentadas no rito do batismo, entre o mundo terreno e o espiritual e como as relações sociais estabelecidas com diferentes agentes sociais poderiam representar ganhos e estratégias para si e para sua rede parental.

Apresentamos, também, indicadores da grande quantidade de entrada de africanos, por meio da origem/naturalidade dos batizados, registrados nos assentos de batismo/livros, bem como pelo número de batizados de indivíduos adultos, no contexto em que o Maranhão estava em fase de expansão da produção agroexportadora e se apresentava como grande consumidor de mão de obra cativa.

ANEXOS

Anexo 1

Lista das Proprietárias de Escravos e o quantitativo de batizados registrados no livro de batismo da freguesia de São Matias, em Vila de Alcântara (1800-1804).

Nome das proprietárias de escravos batizados	Nº de batizados	Ocupação/ Título/ Forma de Tratamento
Anna Elauteria de Almeida	3	
Anna Francisca	1	
Anna Francisca Correia	1	
Anna Francisca de Araujo	1	
Anna Francisca de Jezus	1	
Anna Francisca Roberta	1	
Anna Magdalena da Costa	1	
Anna Maria Correia	1	
Archangela Maria dos Santos	1	
Catharina de Araujo	1	
Catharina de Sene e Silva	1	
Clara Alves de Amorim	1	
Clara da Silva	1	
Clara Ribeiro Torres	1	
Clemencia Pinheiro	1	
Eufrazia de Araujo Cerveira	1	
Feborina Thereza Marinho	1	Dona
Felicianna Mendes	1	
Francisca Luiza	1	
Francisca Machado	1	
Francisca Thereza	1	
Guiteria de Amorim	1	
Guiteria Maria de Moraes	2	
Ignacia de Araujo	1	
Ignacia Maria Rodrigues	1	
Izabel de Barros	6	
Jeronima Thereza	1	
Joana Maria Fogaça	2	
Joanna de Araujo Cerveira	4	

Joanna Francisca Furtado	2	
Joanna Marques	1	
Joanna Mendes	1	
Joaquina do Reis	1	
Jozefa Clarinda	1	
Leonarda do Rozario	2	
Lourença Justineanna	1	
Lourença Justinianna Gonsalves	3	
Marcellina do Lago	1	
Margarida Luiza	1	
Margarida Luiza de Moraes	1	
Maria da Costa	1	
Maria de Barros	2	
Maria Francisca Pulcheria de Jezus	3	
Maria Gueteria de Torres	1	
Maria Guiteria de Jezus	1	
Maria Joaquina	1	
Maria Jozefa	1	
Maria Jozefa de Arouche	21	Dona
Maria Jozefa Monteiro	1	
Maria Magdalena de Almeida	1	Dona
Maria Quiteria de Araujo	6	
Maria Quiteria de Araujo Cerqueira	8	Dona
Maria Ritta de Araujo	1	
Maria Theodora Mendes	6	
Maria Theodora Mendes de Amorim	1	
Maria Thereza	1	
Maria Thereza Correia	1	
Maria Thereza Mendes	5	
Maria Xavier	1	
Marianna da Silva	1	
Marianna Xavier Campello	1	
Perpetua Felicidade	1	
Perpetua Soares	2	
Quiteria Maria de Moraes	2	
Quiteria Marinho	1	
Raymunda Maria de São Thome	1	
Ritta Sevia de Araujo	1	
Roza de Araujo Cerqueira	1	
Roza de Mendonça	1	
Roza Furtado de Mendonça	1	
Roza Gonsalves	1	
Roza Maria da Costa	1	
Roza Maria de Araujo	1	
Roza Martins	1	

Sebastianna de Amorim	1	
Sebastianna Izabel de Amorim	2	
Sutteria Ribeiro	1	
Theodora Maria [ilegível]	1	
Thereza de Jezus Martins	1	
Thereza Pacheco	3	
Ursula Barbora	1	
Vicencia Lopes	1	
Vicencia Raymunda	1	
Victoria de Souza	1	
Victoria Soares	1	

Anexo 2

Lista dos Proprietários de Escravos e o quantitativo de batizados registrados no livro de batismo da freguesia de São Matias, em Vila de Alcântara (1800-1804).

Nomes dos proprietários dos batizados	Nº de batizados	Título	Patente	Ocupação/ Título/ Forma de Tratamento
[Claudio] Pinheiro	1			
[Jozé] Garcia	1			
Agostinho Raymundo dos Reis	1			
Aleixo Pinheiro	1			
Alexandre de Araujo e Souza	1			
Alexandre Galvão Perada	2			
Alexandre Jozé de Viveiros	14			
Alexandre Marques	2			
Alonço de Gusmão	8			
Alonço de Gusmão Vilalobos	10			
Anselmo Jozé Duarte	1			Padre
Antonio Jozé Leitão	1			

Antonio Alvares de Amorim	2			
Antonio Bernardes Trindade	9			
Antonio Bernardo de Sá Trindade	1		Tenente	
Antonio Cardoso de Sampaio	13		Alferes	
Antonio Cardozo	1			
Antonio Carlos de Almeida	3			
Antonio Carlos Pinheiro	6			
Antonio Custodio de Araujo Cerveira	6	Padre		
Antonio da Costa Aguiar	2			
Antonio da Costa Pinheiro	7			
Antonio da Costa Tavares	2			
Antonio de Barros	2			
Antonio de Souza Freitas	1			
Antonio Falconim Pimenta	1			
Antonio Fernando da Poça	1			
Antonio Ferreira Madeira	4			
Antonio Francisco Ferreira	2			
Antonio Gonsalves Seixas	1			
Antonio Joaquim Pereira	1			
Antonio Jozé Correia	3		Tenente	
Antonio Jozé de Azevedo	2		Alferes	
Antonio Jozé Gomes	1			
Antonio Jozé Marcelo	2			
Antonio Luiz de Campos	4			
Antonio Marinho	1			
Antonio Mendes	4		Alferes	
Antonio Mendes de Amorim	2		Tenente	
Antonio Pacheco	2		Tenente	
Antonio Pacheco da Mota	1			

Antonio Raymundo de Araujo	1		Capitão	
Antonio Rodrigues Betancourt	1			
Antonio Rodrigues de Souza	3			
Antonio Viegas de Barros	4			
Arcenso da Costa Ferreira	5		Capitão	
Archangelo de Araujo	2			
Arturio Jozé de Sá	3			
Ascenço Jozé da Costa Ferreira	14		Capitão	
Ayres Antonio Correia	4			
Benedito Ferreira Madeira	2			
Benedito Jozé Ferreira	6			
Benedito Jozé Viegas	2			
Benedito Madeira	2			
Bento da Costa Leite	1			
Bernardino da Costa Leite	2			
Caetano Antonio Alves	5			
Caetano Ignacio de Lemos	1			
Caetano Jozé Theixeira	11			
Caitano Antonio de Alvares	1			
Caitano Ignacio Lemos	1			
Carlos Jozé da Costa	19			
Chrissanto Jozé de Oliveira	1			
Christovão [Pereira] de [Carceres]	1			
Christovão da Costa	2			
Christovão da Costa Leite	12			
Christovão de Barros	2			
Constantino Pereira	1			
Cugeneo d'Arouche	2			
Deziderio de Campos	3			

Deziderio Furtado	1		
Diogo Rodrigues	6		
Domicianno Pereira de Abreu	8		
Domingos de Araujo Cerveira	3		
Domingos de Oliveira	1		
Domingos Jozé Furtado	1		
Domingos Martins da Costa	4		
Domingos Martins Guimaraes	1		
Duarte Borges	1		
Duarte Borges de Macedo	1		
Duarte Franco	1	Padre	
Eduardo Antonio de Araujo	7		
Eduardo Antonio de Araujo Cerveira	5		
Eduardo de Araujo Cerveira	2		
Elias Antonio Pinheiro	1		
Estevão Coelho	1		
Estevão da Camera	1		
Estevão de Almeida e Silva	22		Capitão
Eugenio de Arouche	4		
Eugenio Jozé de Souza	4		
Euzebio Pereira de Matos	1		
Euzebio Severino da Costa	1		
Felippe Marques	9		
Felippe Neri Loubato	6		
Felis de Padilha Salazar	2		
Fortunato Pacheco	3		
Francisco Soares Pereira	1		
Francisco Antonio de Oliveira	1	Padre	
Francisco das Chagas	2		

Francisco das Xagas Marques	3			
Francisco de Campos	1			
Francisco dos Santos	1			
Francisco Furtado	1			
Francisco Gomes de Castro	1			
Francisco Ignacio Marques	3			
Francisco Jozé Gomes	2			
Francisco Lopes Calheiros	3		Capitão	
Francisco Manoel	1			
Francisco Marcellino Mendes	1			
Francisco Martins Amado	2			
Francisco Mendes	1			
Francisco Mendes Alves	1			
Francisco Pereira	2			
Francisco Raymundo de Campos	9			
Francisco Ribeiro	1			
Francisco Xavier Correia	3		Capitão	
Francisco Xavier de Arouche	2			
Francisco Xavier Leal	1			
Francisco Pereira de Abreu	1			
Gabriel Antonio da Silva	1			
Gabriel de Araujo	2			
Gabriel de Araujo Cerveira	4			
Gabriel Pinheiro	1			
Gregorio Antonio Martins	8			
Gregorio Martins	1			
Guilherme Bernardo de Goveia	1			
Ignacio Alvares de Amorim	3			
Ignacio do Rego	1			

Ignacio Jozé Pinheiro	19		Capitão	
Ignacio Pacheco da Mota	1			
Ignacio Pereira de Matos	1			
Ignacio Raymundo Pereira	3			
Ignacio Raymundo Raymundo Rodrigues	1			
Ignacio Xavier dos Anjos	1			
Ignaz Raymunda da Purificação	1			
Jeronimo de [Siqueira] Almeida	1			
Jeronimo Pereira	1			
Jeronimo Pereira de Matos	2			
Jeronimo Pereira Frazão	2			
Jeronimo Pereira Matos	1			
Joagno Jozé de Almo da Silva	12	Vigário		
João Albino Mendes	2			
João Alexandre	2			
João Alexandre de Amorim	1			
João Alexandre de Souza	8			
João Alexandre Gonsalves	5			
João Alvares Pinheiro	3			
João Alves Ribeiro	1			
João Antonio da Cunha	2			
João Antonio Lisboa	2			
João Antonio Rodrigues	1			
João Antonio Rodrigues Bitancourt	1			
João Anxietta Moutinho	2			
João Baptista de Faria	1			
João Baptista Leite	4			
João Baptista Ribeiro	2		Tenente	
João Caetano Lopes	1		Capitão	

João Carlos de Mello	5			
João Carlos Gularte	2			
João Chizostomo de Araujo	1			
João Cordeiro Sardinha	1			
João Custodio	1			
João Custodio Pereira Bastos	1			
João de Carvalho dos Santos	3		General Mister	
João de Deos Fernandes	1			
João Diogo da Costa	6		Alferes	
João Duarte Franco	4	Padre		
João Feles	2		Capitão	
João Feles de Menezes	3		Capitão	
João Ferreira Quadros	2			
João Francisco	2			
João Guilherme	1			
João Guilherme da Costa	2			
João Guilherme de Oliveira	1			
João Ignacio de Arouche	2		Capitão	
João Jozé de [Soares]	2			
João Martins Amado	3			
João Mendes de Amorim	2		Capitão	
João Nepumuceno	2			
João Paulo de Almeida	3			
João Pereira de Matos	1			
João Soares de Souza	2			
Joaquim [Silverio] Lobato, e Araujo	2			
Joaquim Alexandre Pinheiro	1			
Joaquim Antonio de Matos	2			
Joaquim Antonio Serra	3			

Joaquim da Costa Leite	3			
Joaquim Gonsalves	1			
Joaquim Gonsalves Pereira	3			
Joaquim Ignacio Serra	7			
Joaquim Jozé Barboza	1	Padre		
Joaquim Joze da Costa	1			
Joaquim Jozé do Reis	2			
Joaquim Marinho	2			
Joaquim Marinho de Campos	2			
Joaquim Pereira da Motta	2			
Joaquim Silverio Lobato	3			
Jorge Ayres de Santiago	4	Padre		
Jozé	1			
Jozé Alberto da Silva Leitão	2			
Jozé Alberto Leitão	1			
Jozé Albino de Campos	6			
Jozé Alexandre	2			
Joze Alexandre de Oliveira	1			
Jozé Alexandre Duarte	1			
Jozé Alexandre Pereira	4			
Jozé Alves Arcos	2			
Joze Antonio da Costa	1			
Jozé Antonio da Motta	1			
Jozé Antonio de Campos	2			
Jozé Antonio de Sá	2			
Jozé Antonio Pereira	2			
Jozé Arcos	1			
Jozé Avelino	2			
Jozé Avelino de Sá	2			

Jozé Bento Fernandes	1			
Joze Carlos Pires da Crus	2			
Jozé Ciriaco Gomes de Castro	7		Alferes	
Jozé Clarindo Maranaldo	1			
Jozé Custodio	1			
Jozé Custodio Serrão	2			
Jozé da Costa	1			
Jozé da Costa e Souza	11			
Jozé de Almeida	1			
Jozé de Amorim Ribeiro	1			
Jozé de Brito	1		Capitão	
Jozé de Brito Cavalcante	4		Capitão	
Jozé Domingos Rodrigues	1			
Jozé Domingos Rodrigues Betancourt	1			
Jozé Duarte Mendes	3		Tenente	
Jozé Felipe de Santiago	1			
Jozé Francisco de Lemos	1			
Jozé Furtado de Mendonça	3			Forro
Joze Gomes da Costa	1			
Jozé Homem da Costa	2			
Jozé Ignacio Pinheiro	7			
Joze Izidoro Marinho	1			
Jozé Lopes Pereira	1			
Jozé Lourenço da Silva	1			
Jozé Lourenço Soares	1			
Jozé Pacheco da Motta	1			
Jozé Paulo da Silva	1			
Jozé Raymundo de Amorim	1			
Jozé Raymundo de Arouche	1			

Jozé Raymundo de Moraes	1			
Jozé Ribeiro	1			
Jozé Rodrigues Bitancourt	4			
Jozé Salgado	1			
Jozé Soares Pereira	5			
Jozé Tavares de Oliveira	2			
Jozé Theodoro Correia	1		Capitão	
Jozé Victorio da Costa	1			
Leandro Jozé Ribeiro	16		Tenente	
Leandro Martins de Campos	2			
Leandro Ribeiro	2		Tenente	
Leandro Ribeiro Marques	1		Tenente	
Lopes Calheiros	2		Capitão	
Lucas Antonio da Cunha	2			
Lucianno Ferreira	1			
Lucianno Pereira de Abreu	2			
Luciano Ferreira	1			
Luiz Antonio	2			
Luiz Antonio Correia	3			
Luiz Antonio de Mello	1			
Luiz Francisco de Padilha	10		Tenente	
Luiz Jozé de Sampaio	1			
Luiz Sebastião Pereira	1			
Manoel Andre Pavão	1			
Manoel Antonio Gomes de Castro	6		Tenente	
Manoel Antonio Ribeiro	1			
Manoel da Costa Ferreira	15			
Manoel da Luz	2			
Manoel da Silva Soares	1			

Manoel de Araujo e Souza	1			
Manoel de Cirqueira	1			
Manoel de Francisco da Penha	1			
Manoel de Oliveira	1			
Manoel de Souza	1			
Manoel de Toledo	2			
Manoel Deniz	1			
Manoel Domingos	2			
Manoel Ferreira de Azevedo	4			
Manoel Ferreira dos Santos	5		Capitão	
Manoel Francisco da Penha	2			
Manoel Furtado de Mendonça	1			
Manoel Furtado Fogaça	1			
Manoel Homem da Costa	2			
Manoel Ignacio de Araujo	2			
Manoel Ignacio Ferreira	1			
Manoel Jeronimo	2			
Manoel Joaquim Castanheira	1			
Manoel Jozé Correia	2			
Manoel Jozé Espinela	1			
Manoel Jozé Ferreira	1			
Manoel Jozé Garcia	1			
Manoel Jozé Guilherme	1			
Manoel Pereira de Caceres	1			
Manoel Raymundo Gonçalves	1			
Manoel Ribeiro Lima	2			
Manoel Ribeiro Marques	5			
Manoel Soares Pereira	8			
Manoel Viegas	3			

Matheos Rodrigues	1		
Mathias Jozé dos Santos	1		
Miguel Archangelo da Costa	1		
Miguel Archangelo Leite	1		
Miguel Castro Betancourt	1		
Nicolão da Cruz	1		
Nicolão Jozé de Arouche	5		
Norberto Jozé Serra	1		
Onofre Ribeiro Marques	3		
Paullo Viegas	1		
Paulo Francisco	5		
Paulo Francisco Alvares	1		
Paulo Viegas	2		
Placido Pinheiro	1		
Raymundo Alfonço Deniz	1		
Raymundo de Campos	1		
Raymundo João Diniz	12		
Raymundo Martins	1		
Raymundo Rodrigues Betancourt	5	Reverendo	
Roberto Mendes	1		
Romualdo Franco de Sá	1		Tenente
Severo de Araujo	1		
Severo Pereira de Abreu	3		
Severo Soares	2		
Theodoro de Barros	1		
Theodoro Mendes	1		
Thomas da Costa	1		Tenente
Thomas da Costa Ferreira	15		Alferes
Valentim da Costa	16		Tenente

Venceslau João Bernandrino de Sá	8			
Vicente de Araujo e Souza	1			
Vicente de Barros	1			
Vicente Felipe da Costa	1			
Vicente Luis Gularte	2		Alferes	
Victorino de Almeida	1			

Anexo 3

Lista de Instituição Religiosa com propriedade Escrava que levaram seus cativos a pia batismal e os quantitativo de proprietário sem nome nos assentos.

Capela do Desterro	1
Santa Casa de Juruzalem	1
Não informado no registro	9

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da Cúria Diocesana de Pinheiro.

_____. Registros paroquiais de batismo, 1800-1804.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, 1853.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRADE, Antônia de Castro. **Laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão (1854-1888)**. Dissertação, PPGHIS, UFMA, 2017.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860)**. In: CARVALHO, Cláudio Amorim; CARVALHO, Germana Costa Queiroz (orgs.). Pergaminho maranhense: estudos históricos. São Luís: Café & Lápis, 2010, p. 145-183.

_____. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860**. Estudos Sociedade e Agricultura, 14, abril 2000: 32-71.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 119f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009.

BRITO, J.G. de L. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 405p.

CRUZ, Mariléia Santos. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 217f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2008.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. 1995. p. 73-88. (Estudos Sociedades e Agricultura). Disponível em: <http://r1.ufrj.br>. Acessado em: 29 jun. 2020.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

_____. **História da Família e Demografia Histórica**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, no 52, p. 79-114, 2006

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (org). **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão oitocentista: descaminhos da liberdade**, São Luís: Edfuma, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Lisiane Almeida. **“Santas e Protetoras”**: uma análise dos assentos paroquiais de batismo em São João de Cortes no período oitocentista 1867 a 1889. Pinheiro, 2018, p. 1 – 21.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A Paz Nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. **Apontamentos para uma metodologia em História social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro XVII e XVIII)**. In: João Fragoso; Roberto Guedes; Antonio Carlos Jucá de Sampaio. (Orgs.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América*

Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 329-362.

FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Amarantes. **Notas sobre os significados religiosos do batismo**. In: *Varia História*. Belo Horizonte, nº 31, Janeiro, 2004, p. 21-40.

GUEDES, Roberto Ferreira. **Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII)**. In: GUEDES, Roberto Ferreira. **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 329-362.

LEVI, Giovanni. **Sobre à micro-história**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. UNESP, 1992, p. 135-137.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil** – Ed. Companhia Nacional, 1976.

MACEDO, Jorge de. **Portugal e a Economia "Pombalina"**. *Revista de História*, n.19. 2012. Disponível em : <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/36393/39113>> Acessado em: 2019 maio 2019.

MARQUES, Augusto Cesar. **Diccionario Historico e Geophafico da Provincia do Maranhão**. Maranhão, 1870.

MOSCA, Gaetano. (1992), *La classe política*. México, Fondo de Cultura Económica.

MOTA, Antônia da Silva. **Família Escrava nas Plantations do Maranhão: demografia e sociabilidades (1785-1825)**. In: GALVES, Cheche, Marcelo (org.). **O Maranhão Oitocentista**. 2ed. revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. **Família e fortuna no Maranhão setecentista**. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51-79.

_____. **O Maranhão Oitocentista**. 2º ed. Revista e ampliada. São Luís: Café? & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial.** São Luís: Edufma, 2012.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História da População, História Social.** In: História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 69-123.

PARETO, V. (1984), “**Tratado de sociologia geral**”, in J. A. Rodrigues (org.), Vilfredo Pareto: sociologia, São Paulo, Ática, vol. 43 (col. Grandes Cientistas Sociais), 1992.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista.** 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2001.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **O sacramento do batismo em terras de caboclo: a freguesia de São João de Cortes, Alcântara (MA), nas últimas décadas do Império.** In: Anais do III Seminário Internacional da SEO, 2018. https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=128

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo); São Paulo, Alameda, 2010. 362p.: um. Tese (Doutorado em História Social).

VIVEIROS, de Jerônimo. **Alcântara: no seu passado econômico, social e político, Maranhão.** 2ed. Fundação cultural do Maranhão. Coleção São Luís – 6, 1975.